

**TETO DO GASTO**  
**O QUE VEM DEPOIS ?**

EXPECTATIONS

REALITY

**WEDER DE OLIVEIRA**

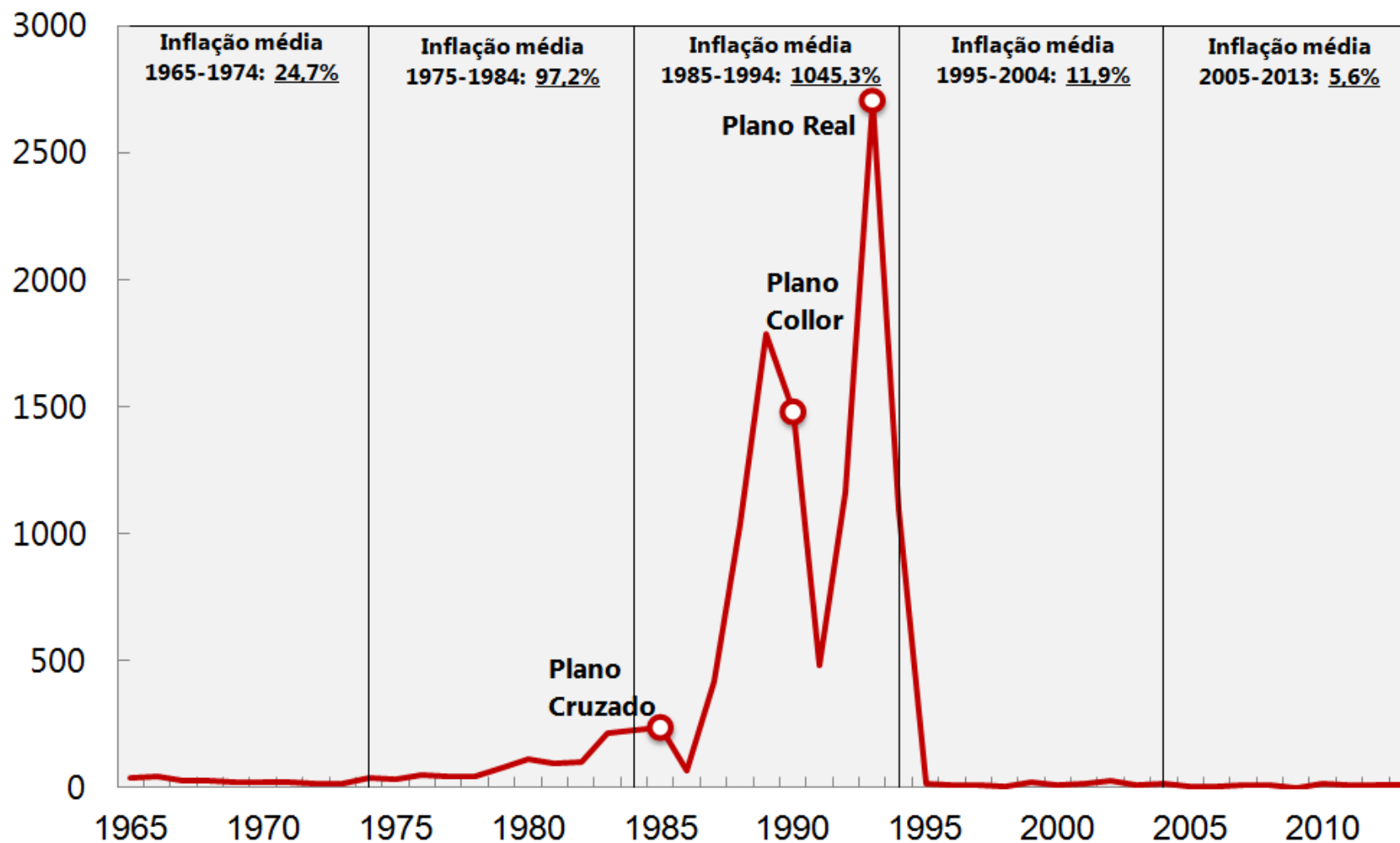


# Brasil: Inflação (IGP-DI)

(variação anual, em porcento)

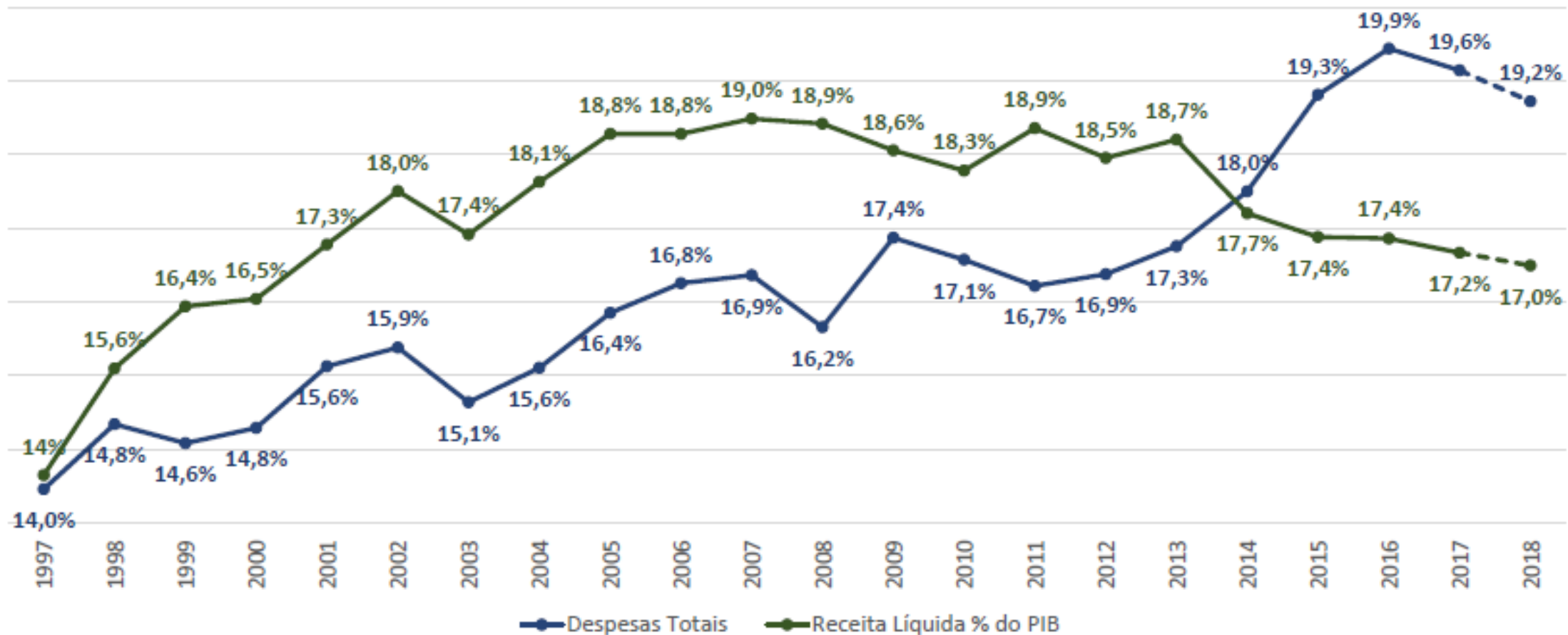


www.mercadopopular.org



Fonte: FGV.

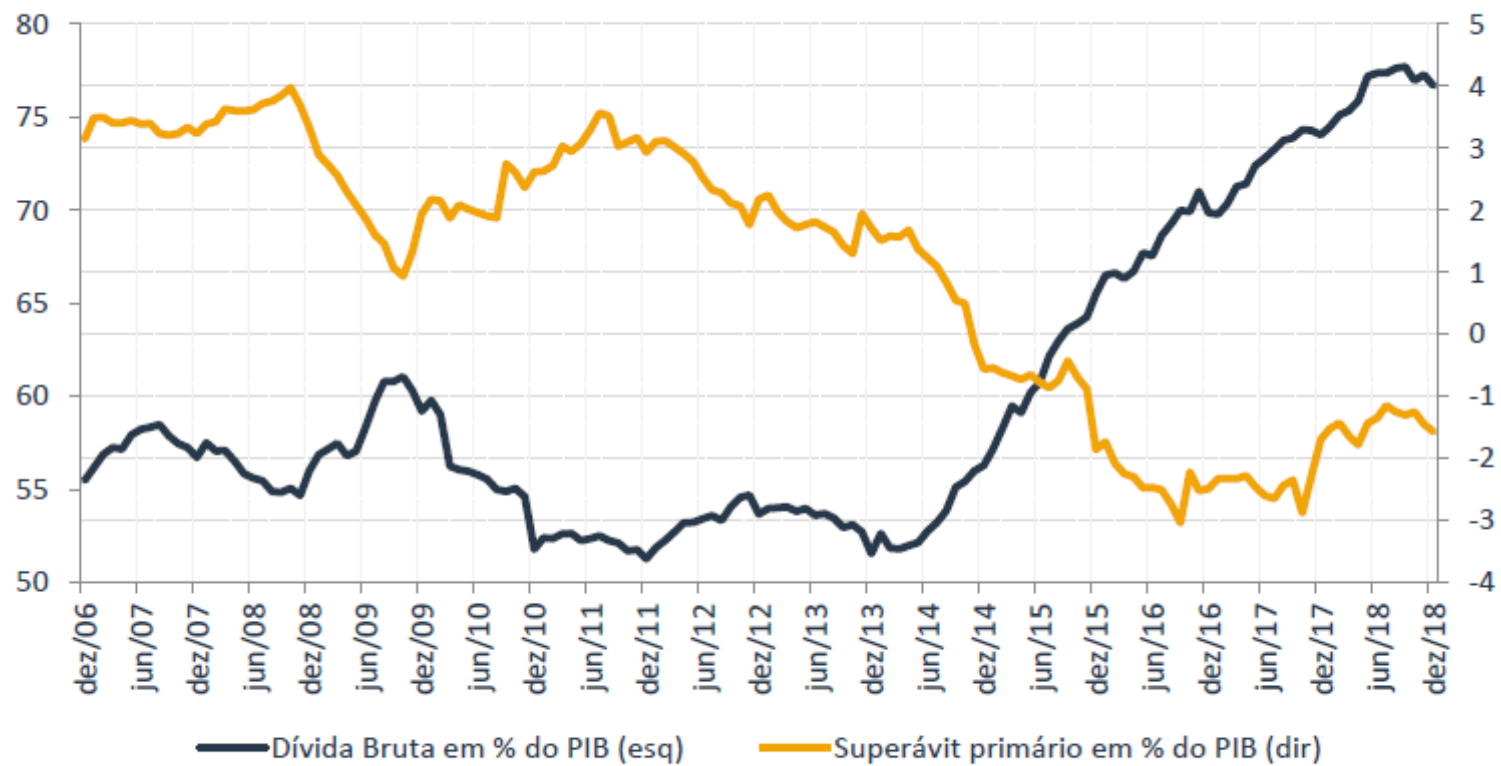
## Receitas e Despesas (% PIB)



## Resultado Primário do Governo Central (% do PIB)



**Figura 1. Dívida bruta e Resultado primário (% do PIB)**

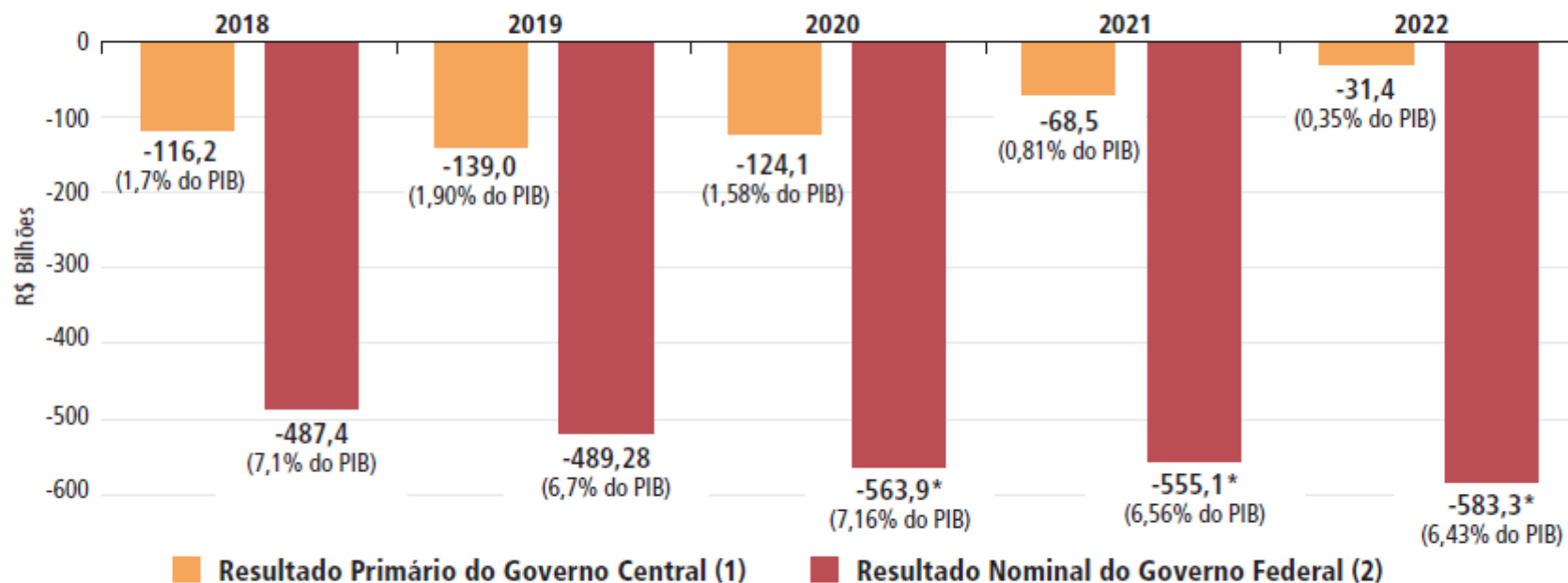


Fonte: BCB. Elaboração SPE/ME

Fonte: Adolpho Sashida

# 1. METAS FISCAIS

Resultados Fiscais no período 2018-2022 (R\$ bilhões e % do PIB)



Fontes: Banco Central (2018); LDO 2019 e SOF (2019); PLDO 2020 (2020 a 2022)

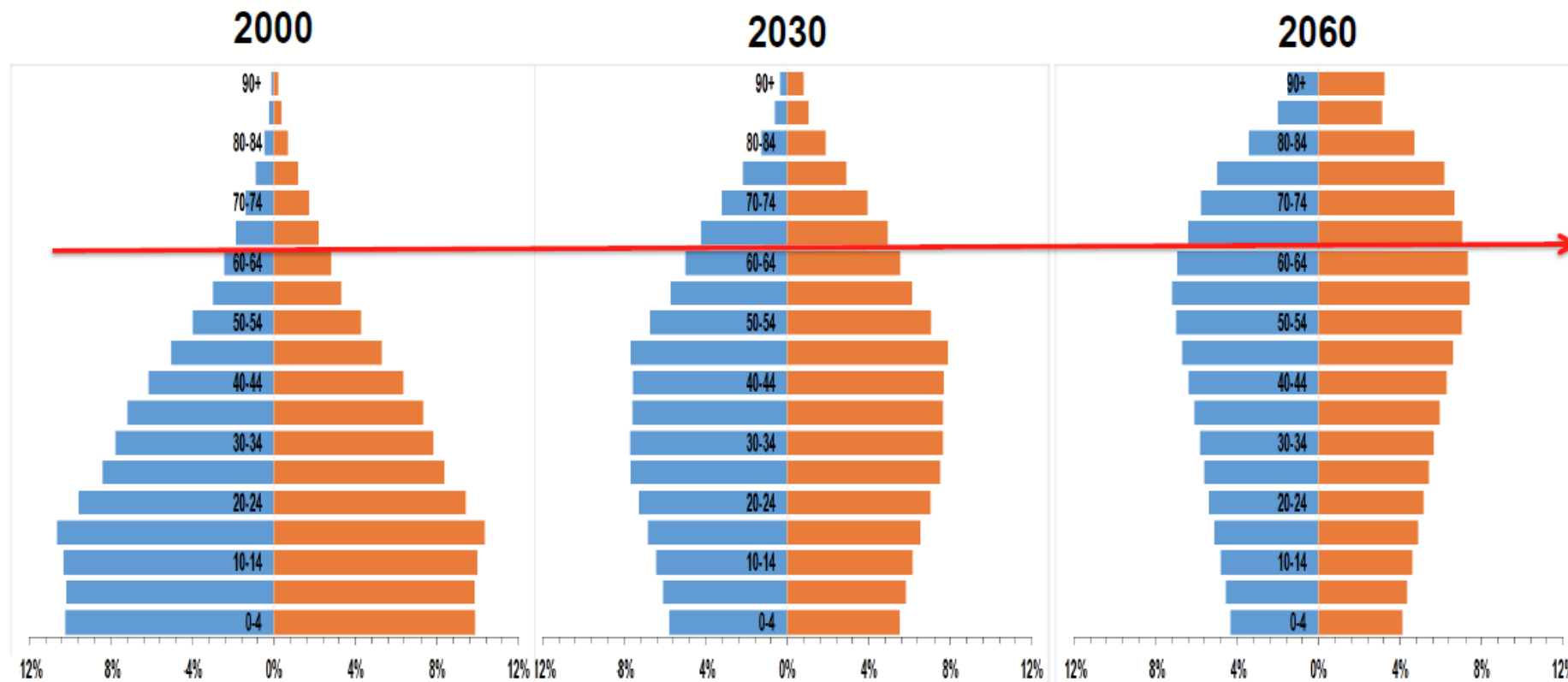
(1) Receitas primárias menos despesas primárias do Governo Central; não inclui as empresas estatais federais não dependentes.

(2) Resultado primário menos juros nominais; inclui as empresas estatais federais não dependentes, exceto as dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

(\*) A meta de resultado nominal está fixada em percentual do PIB no PLDO 2020. Os valores absolutos foram calculados.

Fonte: COFF/Conorf

## Pirâmides Etárias no Brasil



# EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

**LRF**

PEF / MI / CF

Lei 9717/98

Lei Camata II

Lei 9496/97    Resolução 78/98

Reformas constitucionais

Lei Camata I

Plano Real

Programa de desestatização

Refinanciamento das dívidas estaduais

Extinção da Conta-movimento    STN    SIAFI

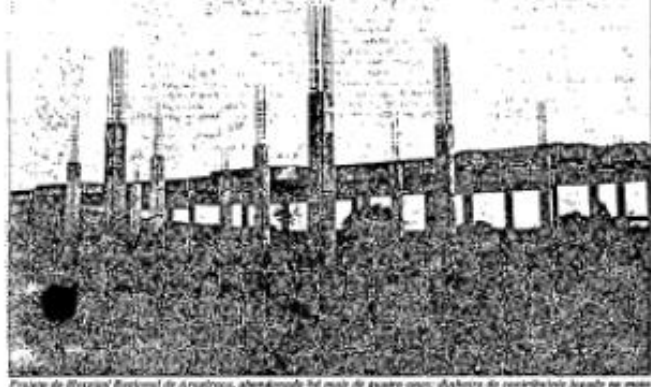


**Leniência fiscal**

**Equilíbrio fiscal sustentável intertemporal**

**Rigidez fiscal constitucionalizada**

# Nordeste vira cemitério de obras inacabadas



**Só em Alagoas foram enterrados quase US\$ 100 milhões em projetos paralisados, inacabados ou inexistentes**

*Por Paulo Araújo/Petra Editora Brasileira*

**E**n todo o Nordeste existem hoje 523 obras inacabadas financiadas com recursos do Governo Federal e que já consumiram mais de um bilhão de dólares dos cofres públicos. A maioria desses projetos foi paralisada há mais de quatro anos, e muitos deles sequer chegaram a ser começados. Não há quem tenha liberado parcelas de recursos para o início das obras. Especificações de projetos que descrevem os hospitais públicos estão por toda parte e denunciam o mau uso do dinheiro público, provavelmente nunca mais pelo mesmo investidor.

Os investidores são culpados, é os erros vão desde a falta de planejamento até a deflação de prioridades na construção de obras públicas. Das suas grandes ruínas, esse projeto foi um fracasso nas gestões de Brasília sem que as gestões estaduais ou municipais fossem responsabilizadas. Na verdade, as prioridades dos Estados e de suas populações são o que menos importa, porque o que conta mesmo é o prazo lobby dos construtores que se beneficiam com o poder público. São eles que ditam os ritmos do jogo e decidem o que é o que não é prioridade nacional.

O Ministério do Agronegócio tem a política com a decisão do Tribunal de Contas da União de investigar as irregularidades, exigir prestação de contas e punir os responsáveis. O TCU está investigando todos os processos e garante que os cofres públicos serão ressarcidos de cada centavo desviado. "Todos os servidores nas irregularidades, sejam políticos ou construtores, serão obrigados a devolver à União todo dinheiro apropriado, seja junto ao corrente", afirmou à Agência de Imprensa Antônio Filho Ferreira, assessor do Presidente do TCU, Ministro Marcos Vinícius.

Todos os municípios cujos municípios realizarem paralisadas com a União para a construção de obras públicas terão seu crédito pelo TCU e outras fontes de recursos que receberem e não aplicarão no dia. Segundo o assessor do Ministro Vinícius, quem não justificar a aplicação de dinheiro público será obrigado a devolver o que para isso tenha sido liberado. "A União não desistirá de investigar, mas já está cansada de investigar mais obras", advertiu Filho Ferreira, enfatizando com as irregularidades.

# Alagoas tem 33 obras abandonadas sendo a maioria no setor de saúde

**M**ais de metade das obras paralisadas no país em Alagoas são abandonadas a menos de 10% de conclusão. O Hospital Geral de Maceió, o maior hospital do Estado, e o Hospital de Câncer, o segundo maior, estão entre as obras paralisadas há mais de 10 anos.



De todas as obras paralisadas no Hospital Geral de Maceió há 33 obras que não receberam dinheiro público. Lá há obras paralisadas com o US\$ 2 milhões e outra com o US\$ 12 milhões para a conclusão das obras. Há ainda US\$ 13 milhões em obras paralisadas há mais de 10 anos. O Hospital Geral de Maceió, que tem 100 leitos, foi paralisado há mais de 10 anos. O Hospital de Câncer, que tem 100 leitos, foi paralisado há mais de 10 anos. O Hospital de Câncer, que tem 100 leitos, foi paralisado há mais de 10 anos.



# Canal do Sertão: outro desperdício de dinheiro público

O Canal do Sertão, que deveria ter sido concluído há mais de 10 anos, está paralisado há mais de 10 anos. O projeto foi iniciado em 1975 e paralisado em 1976. Os recursos necessários à sua conclusão estavam estimados em R\$ 16.500.000,00.

Obra: Hospital Geral de Maceió (AL)



Iniciada em 1989, a obra encontrava-se paralisada desde 1993, com cerca de 20,5% dos serviços executados. Os recursos necessários à conclusão do hospital estavam orçados em R\$ 23.848.200,00.

Obra: Prédio da Justiça Estadual, em Manaus (AM)



Iniciada em 1975 e paralisada em 1976, a obra se encontrava paralisada há quase vinte anos. Os recursos necessários à sua conclusão estavam estimados em R\$ 16.500.000,00.

Obra: Hospital Geral e Infantil de Vila Velha (ES)



A construção do hospital teve início em agosto de 1990 e foi paralisada em junho de 1991, com 40% do total executado. Os recursos necessários à sua conclusão estavam estimados em R\$ 8.000.000,00.

Obra: Ponte sobre o Rio Parnaíba, entre Teresina (PI) e Timon (AM)



A "Ponte da Amizade" foi iniciada em janeiro de 1988 e paralisada em dezembro de 1991, tendo sido concluída a infraestrutura e parte da mesoestrutura, correspondente a cerca de 58%, com um gasto de cerca de R\$ 13.000.000,00. Foi estimado em R\$10.000.000,00 o orçamento para sua conclusão.

# LENIÊNCIA FISCAL

# EQUILÍBRIO INTERTEMPORAL DAS CONTAS PÚBLICAS

Entendido com **BEM COLETIVO**, do interesse geral da sociedade brasileira, por ser condição necessária para a consolidação da estabilidade de preços e a retomada do desenvolvimento sustentável.

# **“Vem aí uma revolução nas finanças públicas”**

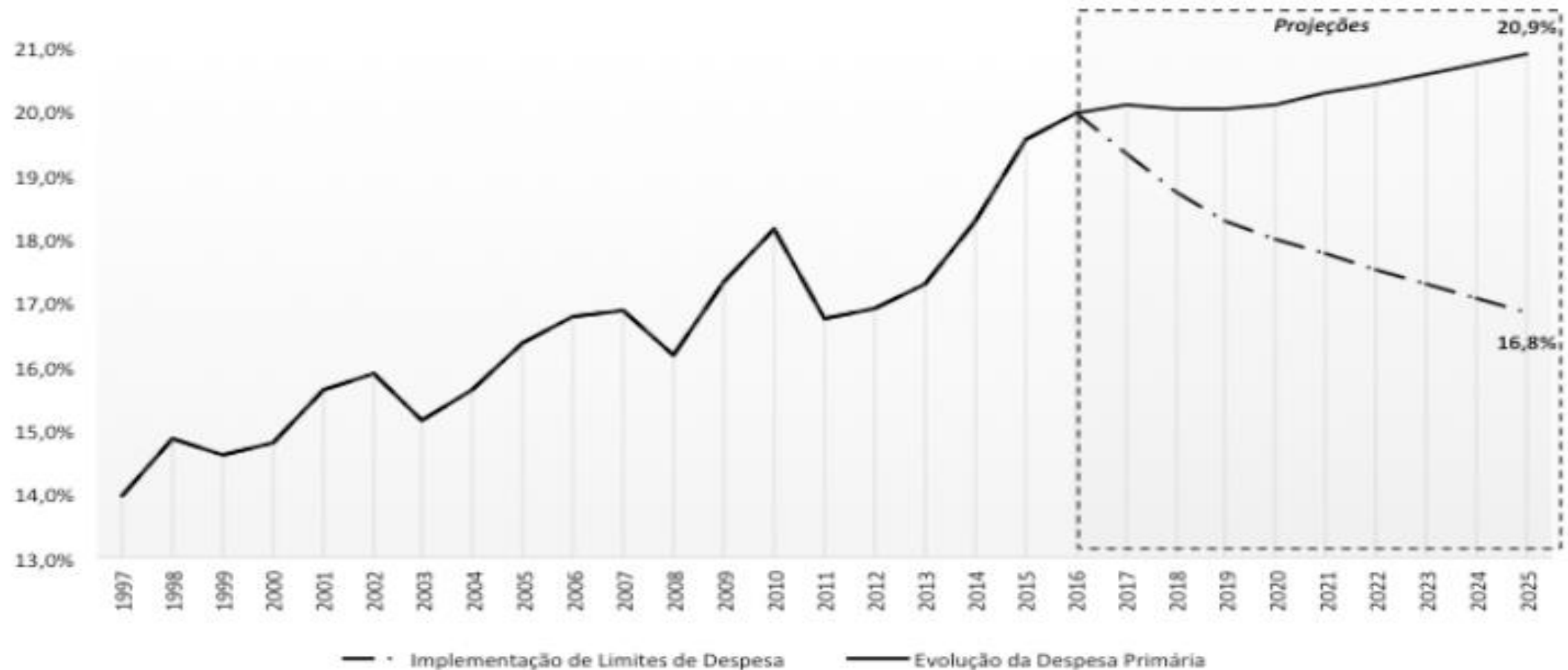
Maílson da Nóbrega

# EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL



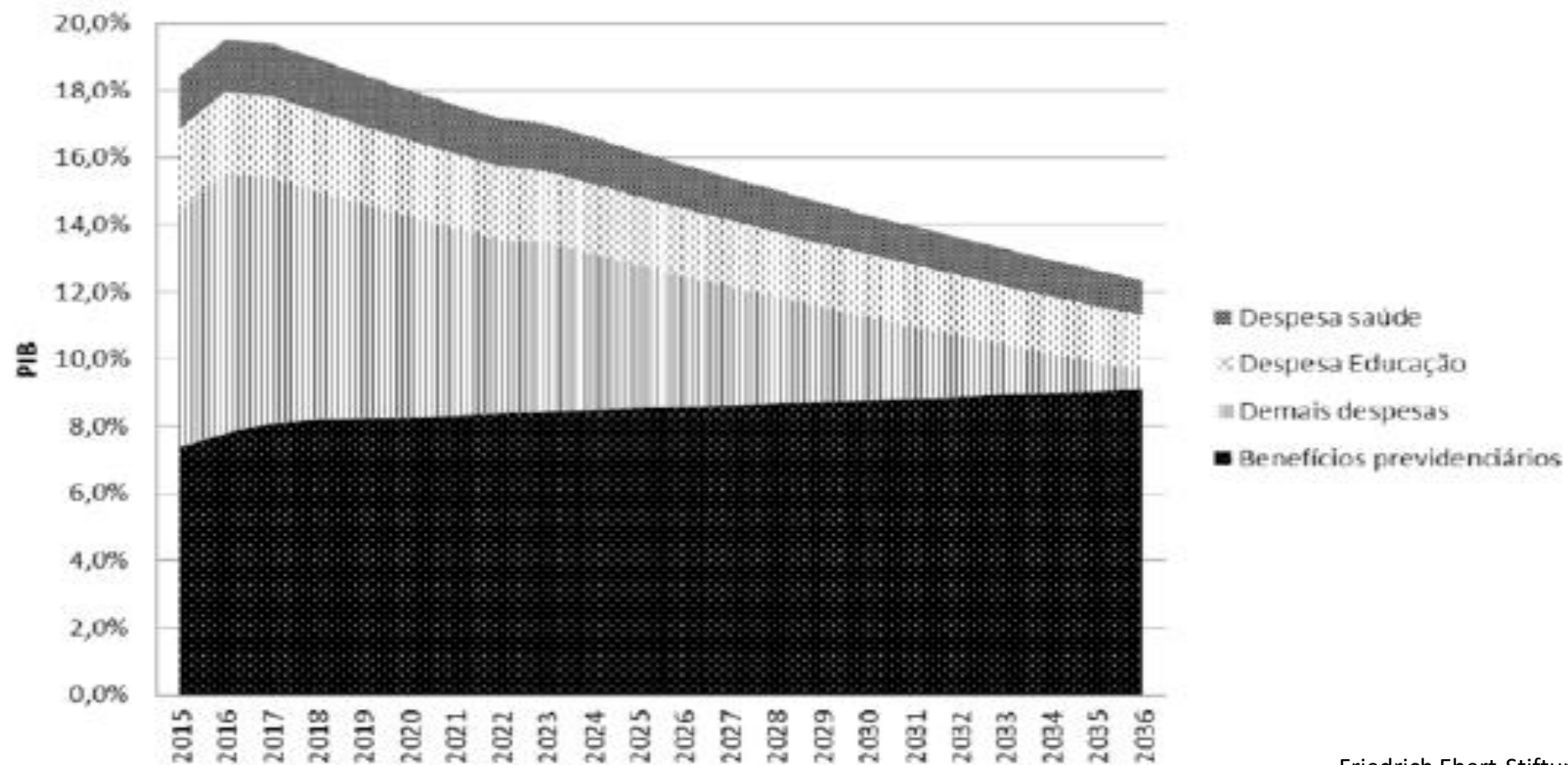
# Objetivo: redução da despesa em % PIB

EVOLUÇÃO DESPESA PRIMÁRIA - % PIB  
(Regra de Crescimento da despesa pela Inflação)



## Figura 5: SIMULAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS SOB O NOVO REGIME FISCAL 2015-2016

Fonte: Elaboração própria





**DESAFIOS**

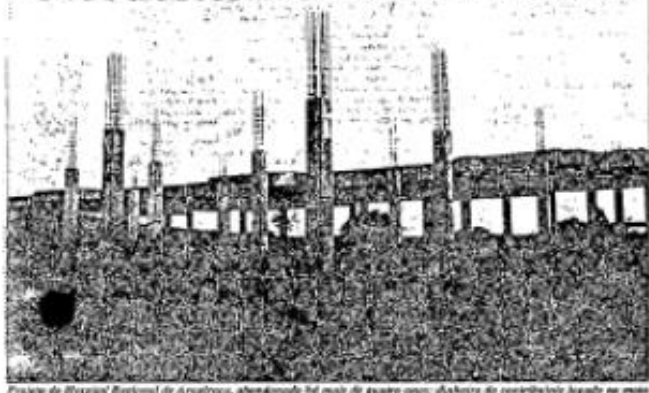
**CONFIANÇA**  
**PREVISIBILIDADE**  
**CONTRIBUINTE**

- **VERDADE ORÇAMENTÁRIA**
- **DIREITOS SOCIAIS**
- **REDISTRIBUIÇÃO**
- **EFICIÊNCIA**
- **GOVERNANÇA**

**RÉVOLUTION**  
**NA**  
**ADMINISTRAÇÃO**



# Nordeste vira cemitério de obras inacabadas



Projeto da Região Regional de Arapiraca, abandonado há mais de quatro anos. A falta de manutenção jogou no chão

## Alagoas tem 33 obras abandonadas sendo a maioria no setor de saúde

**M**ais de metade das obras iniciadas nos municípios de Alagoas em 1990 estão abandonadas. O levantamento foi feito pelo TCU em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (CDEA) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CDEPE). O levantamento foi feito em 1993 e constatou que 33 obras estavam abandonadas, sendo a maioria no setor de saúde.

De todas as obras abandonadas em Alagoas, 18 são de saúde. O levantamento foi feito em 1993 e constatou que 33 obras estavam abandonadas, sendo a maioria no setor de saúde.

Os dados foram coletados pelo TCU em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (CDEA) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CDEPE). O levantamento foi feito em 1993 e constatou que 33 obras estavam abandonadas, sendo a maioria no setor de saúde.

## Canal do Sertão: outro desperdício de dinheiro público

O Canal do Sertão, obra de infraestrutura iniciada em 1975 e abandonada em 1976, é outro exemplo de desperdício de dinheiro público. O projeto foi iniciado em 1975 e abandonado em 1976, com recursos necessários à sua conclusão estimados em R\$ 16.500.000,00.

**Só em Alagoas foram enterrados quase US\$ 100 milhões em projetos paralisados, inacabados ou inexistentes**

Por Paulo Araújo/Para Diários Notícias

**E**n todo o Nordeste existem hoje 523 obras inacabadas financiadas com recursos do Governo Federal e que já consumiram mais de um bilhão de dólares dos cofres públicos. A maioria desses projetos foi paralisada há mais de quatro anos, e muitos deles sequer chegaram a ser iniciados.

Os investimentos em capital, e os erros vão desde a falta de planejamento até a deflação de prioridades na construção de obras públicas. Em sua grande maioria, essas obras foram decididas nos governos de Brasília sem que as governos estaduais ou municipais fossem consultados. Na verdade, as prioridades dos Estados e de suas populações são o que menos importa, porque o que conta mesmo é o grande lobby dos construtores que se beneficiam sem poder paralelo.

O Ministério do Agrário tem a política com a decisão do Tribunal de Contas da União de investigar as irregularidades, exigir prestação de contas e punir os responsáveis. O TCU está investigando todos os processos e garante que os cofres públicos serão ressarcidos de cada centavo desviado.

Todos os municípios cujos municípios realizarem parcerias com a União para a construção de obras públicas terão acesso ao dinheiro do TCU e garantir que os recursos sejam usados de forma adequada e não sejam desviados para outros fins.

Os dados foram coletados pelo TCU em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (CDEA) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CDEPE). O levantamento foi feito em 1993 e constatou que 33 obras estavam abandonadas, sendo a maioria no setor de saúde.

Os dados foram coletados pelo TCU em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (CDEA) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CDEPE). O levantamento foi feito em 1993 e constatou que 33 obras estavam abandonadas, sendo a maioria no setor de saúde.

Os dados foram coletados pelo TCU em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (CDEA) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CDEPE). O levantamento foi feito em 1993 e constatou que 33 obras estavam abandonadas, sendo a maioria no setor de saúde.

Obra: Hospital Geral de Maceió (AL)



Iniciada em 1989, a obra encontrava-se paralisada desde 1993, com cerca de 20,5% dos serviços executados. Os recursos necessários à conclusão do hospital estavam orçados em R\$ 23.848.200,00.

Obra: Prédio da Justiça Estadual, em Manaus (AM)



Iniciada em 1975 e paralisada em 1976, a obra se encontrava paralisada há quase vinte anos. Os recursos necessários à sua conclusão estavam estimados em R\$ 16.500.000,00.

Obra: Hospital Geral e Infantil de Vila Velha (ES)



A construção do hospital teve início em agosto de 1990 e foi paralisada em junho de 1991, com 40% do total executado. Os recursos necessários à sua conclusão estavam estimados em R\$ 8.000.000,00.

Obra: Ponte sobre o Rio Parnaíba, entre Teresina (PI) e Timon (AM)



A "Ponte da Amizade" foi iniciada em janeiro de 1988 e paralisada em dezembro de 1991, tendo sido concluída a infraestrutura e parte da mesoestrutura, correspondente a cerca de 58%, com um gasto de cerca de R\$ 13.000.000,00. Foi estimado em R\$10.000.000,00 o orçamento para sua conclusão.

BRASIL

# 25 ANOS DEPOIS



Aeroporto de Fortaleza: iniciada em 2012, a obra de expansão está parada há quatro anos. Agora, o que foi construído terá de ser demolido | Jarbas Oliveira/Estadão Conteúdo /

**Um país de obras inacabadas**

## Para não paralisar obras...

**Art. 45.** A lei orçamentária só incluirá novos projetos após adequadamente atendidos os projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a LDO.

## “Propostas para um Brasil Melhor”

Obrigatoriedade de **estudo de viabilidade técnico-econômica** anterior ao lançamento do edital de concorrência, descartando-se obras que não contribuam para o desenvolvimento do país.

## “Propostas para um Brasil Melhor”

Obrigatoriedade de **projeto executivo** de engenharia antes da licitação do projeto, permitindo a elaboração de orçamentos realistas e evitando-se assim previsões inexequíveis que causem má qualidade na execução, atrasos, rescisões ou a combinação de todos esses fatores.

## “Propostas para um Brasil Melhor”

Início de obras somente sob **garantia de disponibilidade de recursos financeiros**, vinculados ao projeto até a sua conclusão.

# **(in) Verdade Orçamentária**



**Subestimativa / Não orçamentação de despesas**



**Previsões irrealistas de receitas**



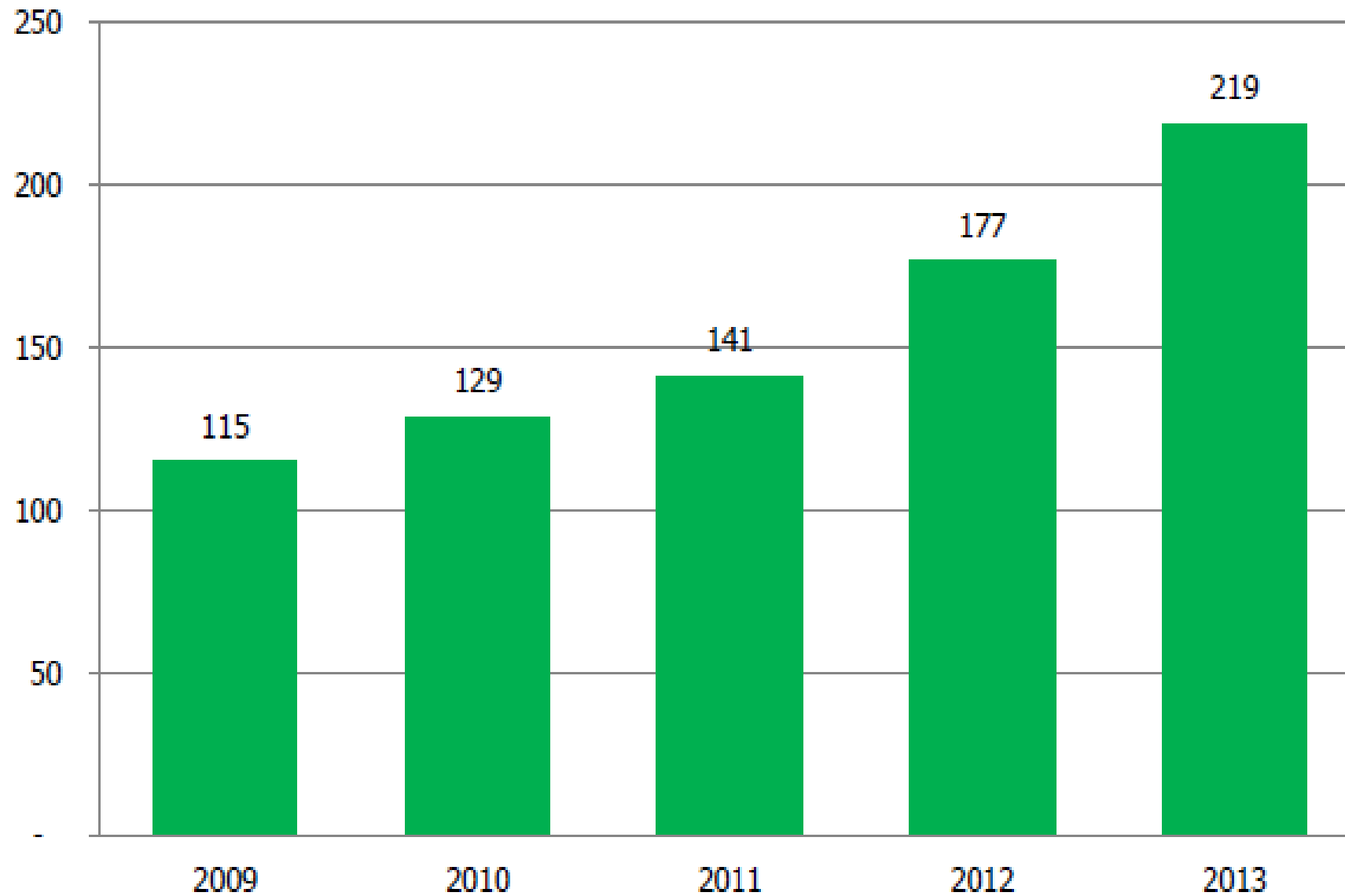
**Cenário mais favorável**

**Postergação / inviabilidade do ajuste orçamentário-financeiro**

**Risco de desajuste no controle da dívida pública**

## Restos a pagar inscritos – 2009 a 2013

R\$ bilhões





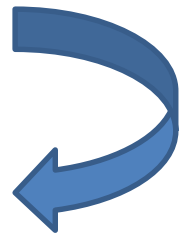
# What's Next?

**Leniência fiscal**

**Equilíbrio fiscal sustentável intertemporal**

**Rigidez fiscal constitucionalizada**

**???**





**LRF, a evolução inacabada...**

# Responsabilidade Fiscal: o que faltou e ainda falta?

**Resultado primário**

**Limites endividamento**

**Despesas com pessoal**

**Renúncia de receita**

**Despesas obrigatórias**

**Compensação**

**No mesmo ato**

**Margem de expansão**

**Seguridade / Pessoal**

PODER LEGISLATIVO

# STF mantém freio nos gastos da Câmara

Decisão do Supremo impede distritais de contratarem mais servidores comissionados até que se enquadrem na Lei de Responsabilidade Fiscal. A Casa vai recorrer

► LILIAN TAHAN

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a liminar que impede a Câmara Legislativa de contratar servidores comissionados até que retome o reequilíbrio de suas finanças. O presidente da Corte, Cezar Peluso, acatou parecer do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, recomendando a manutenção da decisão que proíbe a Casa de fazer compromissos financeiros na área de pessoal até que volte a apresentar patamares de gastos com servidores dentro do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Se a situação perdurar, poderá causar sérios problemas aos distritais eleitos em outubro e que tomam posse mês que vem, pois esses políticos também serão afetados com a condição restritiva do órgão. Um dispositivo na LRF diz, inclusive, que a Câmara fica proibida de fazer substituições (leia mais Entenda o caso).

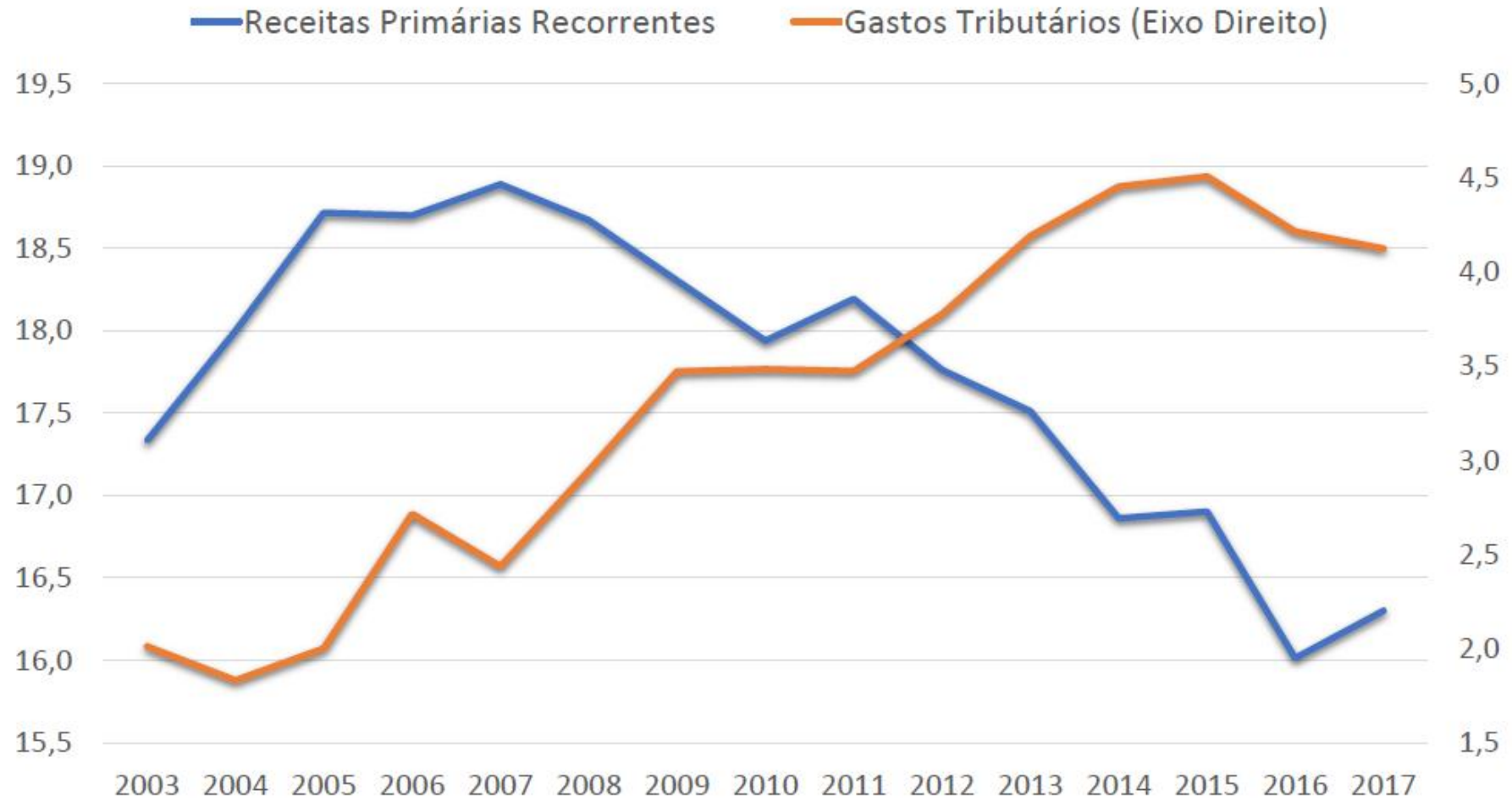
A decisão de Cezar Peluso contraria recurso apresentado pela Procuradoria-Geral da Câmara Legislativa, que tenta derubar na Justiça a medida em caráter emergencial conquistada pelo Sindicato dos Servidores

Paulo de Araújo/CE/DA Press - 26/9/10



## Receitas Primárias e Gastos Tributários

Valores em % PIB



Fonte: FGV/IBRE

# GASTO TRIBUTÁRIO

“Tanto quanto possível, a discussão dos gastos tributários relacionados a certas áreas de atuação deve ser incorporada na discussão das despesas gerais dessas áreas de modo a informar as escolhas orçamentárias”

*Princípio da simultaneidade de apreciação de gastos diretos e indiretos*

“Raramente são submetidos aos mesmo grau de escrutínio que as despesas efetivas”

*Transparência orçamentária substantiva e contraposição pública dos interesses fiscais*

**“Cultura de que renúncia tributária não é dinheiro público”**

**Instituições decisórias**

**Processos decisórios**

**Cultura organizacional**

**Modelos mentais**

**ELEIÇÕES 2010:** Tucanos saem em defesa de proposta já aprovada no Senado e negam que seja eleitoreira

# Lula: 'Agora digam de onde virá o dinheiro'

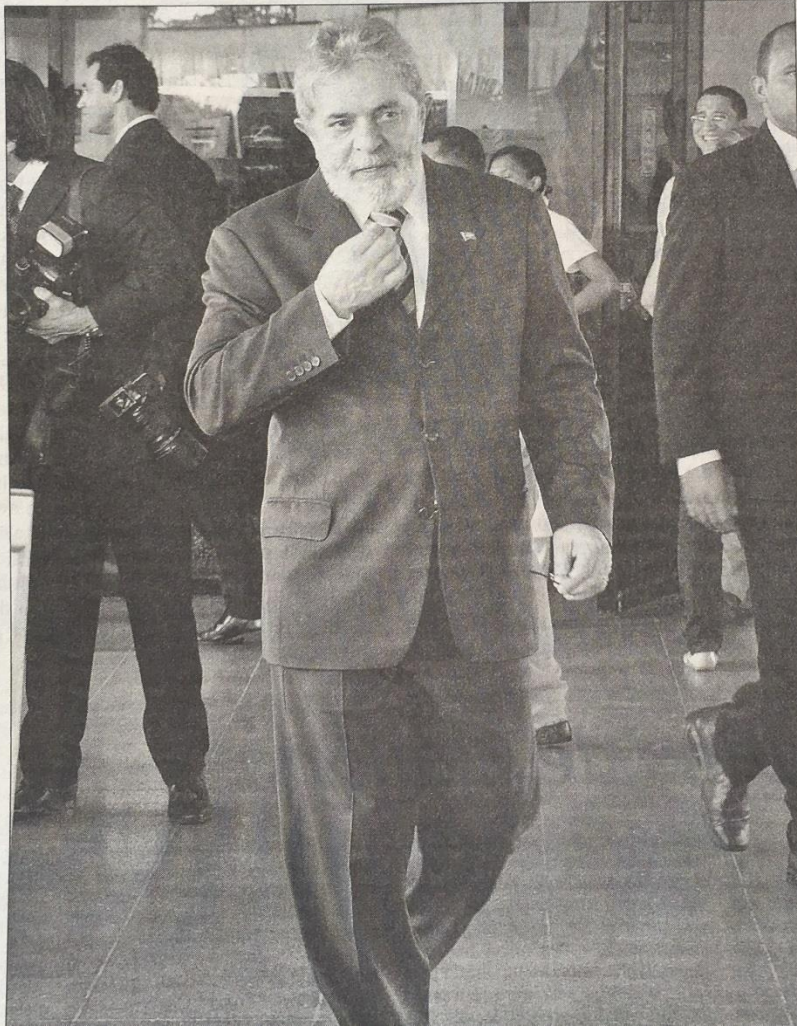
Presidente afirma que oposição deve apontar fonte de recurso para aumento do Bolsa Família previsto em projeto de Tasso

Chico de Góis

• BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo partido foi contra a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal no governo Fernando Henrique, cobrou ontem do PSDB que aponte uma fonte de recursos para pôr em prática o projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). A proposta do tucano prevê aumento do benefício do Bolsa Família para famílias cujas crianças tenham um bom desempenho escolar.

O projeto foi aprovado antontem, em caráter terminativo, na Comissão de Educação do Senado, e agora vai ser discutido na Câmara. Lula provocou a oposição dizendo que, se todo o mal que ela quiser causar ao seu governo redundar em mais benefícios sociais, ele estará feliz. E voltou a responsabilizar os opositores por não aprovarem a prorrogação da CPMF para a saúde.

— Se todo o mal que o meu governo puder causar é os meus adversários tentarem aprovar mais políticas sociais, ótimo. Se eles tivessem feito isso há mais tempo, a gente poderia estar melhor — afirmou o presidente, em entrevista após solenidade de lançamento do novo portal do governo federal: — Eles poderiam ter contribuído para melhorar a saúde se não tivessem derrubado a CPMF. Poderiam ter feito isso. Mas a mesquinha tomou conta da política. Então eles acharam que



Givaldo Barbosa

OPINIÃO

## O QUE VALE A PENA

• COMO TUDO o que se refere ao Bolsa Família, importante ferramenta eleitoreira do governo Lula, a proposta do senador tucano Tasso Jereissati de reforçar os vínculos do programa com a educação, aprovada até com votos petistas, deflagra aceso bate-boca entre políticos da oposição e da base do governo.

FAZ SENTIDO estabelecer uma relação entre o benefício e o rendimento escolar do beneficiado, embora precisem ser levadas em conta as deficiências da própria estrutura do ensino público.

PORÉM, MAIS importante que tudo é trabalhar em aperfeiçoamentos no programa que permitam às famílias viver sem a esmola estatal, livres de qualquer cabresto político.

## ▶ PT foi contra Lei Fiscal

• Sancionada em maio de 2000 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada para que os administradores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário passassem a ter limites de despesas e tivessem que prestar contas de como gastam o dinheiro público. À época, parlamentares petistas e do PCdoB votaram contra a lei, entre eles agora ex-ministros do governo Lula, como Agnelo Queiroz, Aldo Rebelo, Eduardo Campos, Ricardo Berzoini e Antonio Palocci, os senadores Aloizio Mercadante e Eduardo

em fevereiro de 2000, antes de a lei ser aprovada pelo Senado.

Em 2005, cinco anos depois de a lei ter sido sancionada, Palocci, então ministro da Fazenda, declarou: "Quero fazer uma autocrítica porque naquele momento a minha bancada falhou. Naqueles idos de 2000, nós não demos apoio à lei. Essa foi uma falha da nossa bancada e eu me incluo nessa falha. Eu fazia parte daquela bancada e os registros devem ser feitos de forma honesta".

No ano passado, o ex-presidente Fernando Henrique



# Lula cobra oposição por ampliar gastos do Bolsa-Família

Presidente pede que parlamentares não exagerem nas promessas nem promovam 'farra do boi' no ano eleitoral

Tânia Monteiro

BRASÍLIA

Depois de aumentar em mais de 100 mil o número de funcionários e inchar a máquina, com elevação dos gastos públicos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "apelou" ontem aos parlamentares para que não exagerem nas promessas em ano eleitoral nem promovam uma "farra do boi", alegando que a gastança pode desequilibrar as contas públicas. Ele ironizou a proposta do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prevê pagamento de Bolsa-Família a crianças com boas notas na escola.

"Não é porque estamos em época eleitoral que vai se praticar a farra do boi nesse país. Não podem achar que banalizando decisões as pessoas ganham voto", declarou Lula, em entrevista após inaugurar o Portal Brasil, no CCBB, atual sede do governo.

"Não dá para as pessoas imaginarem que, porque é ano eleitoral, pode comprometer mundos e fundos da sociedade", afirmou Lula, ao ser questionado se poderia vetar a proposta aprovada no Congresso, na semana passada, que destina 5% dos recursos do Fundo Social para reajuste dos aposentados.

Lula criticou a ampliação de gastos do Bolsa-Família, que foi proposta por Tasso e criticada

## FRASES

### Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República

"Não é porque estamos em época eleitoral que vai se praticar a farra do boi neste país. As pessoas não podem achar que banalizando decisões as pessoas ganham voto"

"Não dá para as pessoas imaginarem que porque é um ano eleitoral pode comprometer mundos e fundos da sociedade"

### Cesar Maia Ex-prefeito do Rio (DEM)

"Incluir isso no Bolsa-Família é confundir assistência social com educação. E criar insegurança em relação ao programa"

pela líder governista, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), no dia anterior. "A ideia pode ser boa de você criar um instrumento de incentivo, dar a mais para que as crianças estudem. Só espero que tenham colocado também de onde vai tirar o dinheiro, porque todo o gasto proposto tem que ter uma fonte de receita."

Lula ainda reclamou da oposição por ter derrubado a CPMF que financiava a saúde. Segundo ele, foi gesto de "mesquinha"

## FOGO AMIGO

Além do PT e de Lula, o ex-pre-

feito do Rio Cesar Maia - um dos principais expoentes do DEM, principal aliado dos tucanos nas eleições - atacou ontem o projeto de Tasso, já aprovado na Comissão de Educação do Senado. Ele apontou equívocos conceituais à iniciativa e afirmou que a proposta não ajuda o candidato tucano.

"Incluir isso no Bolsa-Família é confundir assistência social com educação. E ainda criar insegurança em relação ao programa", afirmou. As críticas foram distribuídas em seu ex-blog - uma espécie de boletim eletrônico.

Presidente nacional do DEM e filho de Maia, o deputado Rodrigo Maia (RJ) afirmou que as críticas se concentram no aspecto técnico do projeto e garantiu que a relação do partido com os tucanos é boa. "Estamos juntos. Não tem ruído."

Na reta final de seu terceiro mandato no Rio, Maia editou decreto que estabelecia gratificação em dinheiro a alunos da rede municipal que tivessem bom desempenho. Os prêmios poderiam chegar a R\$ 4,5 mil para quem obtivesse conceito "muito bom". A atual administração substituiu a premiação em dinheiro por netbooks. ●

COLABOROU ALFREDO JUNQUEIRA

“Não dá para as pessoas imaginarem que porque é um ano eleitoral pode comprometer mundos e fundos da sociedade”

- “Orçar é governar”.
- “O orçamento é como o sangue circulando nas veias, mantendo-o vivo”.
- “Orçamento, por definição, é política pública. Se não houver orçamento não há política pública”)

## ***O estado das contas públicas segundo o sucessor...***

**+ 50 anos  
depois**

“Não contabilizou R\$ 2,2 bilhões”.

“Gasto de R\$ 1,3 bilhão sem crédito orçamentário”.

“Uma dívida de R\$ 3 bilhões foi deixada pela gestão anterior”.

“Governo encontrou um rombo de R\$ 6,5 bilhões”.

***... Isso em 2015!***

An iceberg floating in the ocean. The tip of the iceberg is above the water line, and the much larger part is submerged below. The background is a blue sky and a dark blue sea. A large blue arrow points downwards from the water surface towards the submerged part of the iceberg.

**Receita**

**Despesa**

**Nível de endividamento**

**Resultados fiscais**

**Nível e distribuição da tributação**

**Obrigações de curto, médio e longo prazos**

## ACÓRDÃO 3448/2012-P

”Os achados detectados são recorrentes. Reunidos a outros, iguais, detectados em auditorias anteriores, confirmam o sentimento geral de que as graves deficiências de planejamento, contratação, fiscalização e gestão de obras rodoviárias são estruturais e institucionais e que, por persistirem ao longo de décadas (evidentemente não no mesmo grau), forjaram uma cultura organizacional acostumada a essas deficiências”.

# FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

QUARTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2018

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 0H02 ★ R\$ 4,00

## Você é a favor da paralisação?



## Os caminhoneiros deveriam continuar parados?



## Você é a favor ou contra os cortes no orçamento e/ou aumento de impostos para atender às reivindicações?



Fonte: Datafolha

# 87% apoiam a paralisação, mas rejeitam pagar a conta

Metade dos brasileiros não teve rotina afetada pelo movimento de caminhoneiros, mostra Datafolha

Oitenta e sete por cento dos brasileiros apoiam a paralisação dos caminhoneiros, aponta pesquisa Datafolha. Junto com a aprovação maciça, porém, vem a recusa a arcar com um possível ônus para atender às reivindicações.

O levantamento, feito ontem por telefone com 1.500 pessoas, mostra que 87% não aceitam nem aumento de impostos nem corte de gastos — soluções possíveis para que a União equilibre as contas diante do acordo.

Os dados mostram ainda que mais da metade (56%) dos brasileiros é favorável à continuidade do movimento, motivado pela alta contínua do preço do diesel, na esteira do aumento do petróleo no mercado internacional.

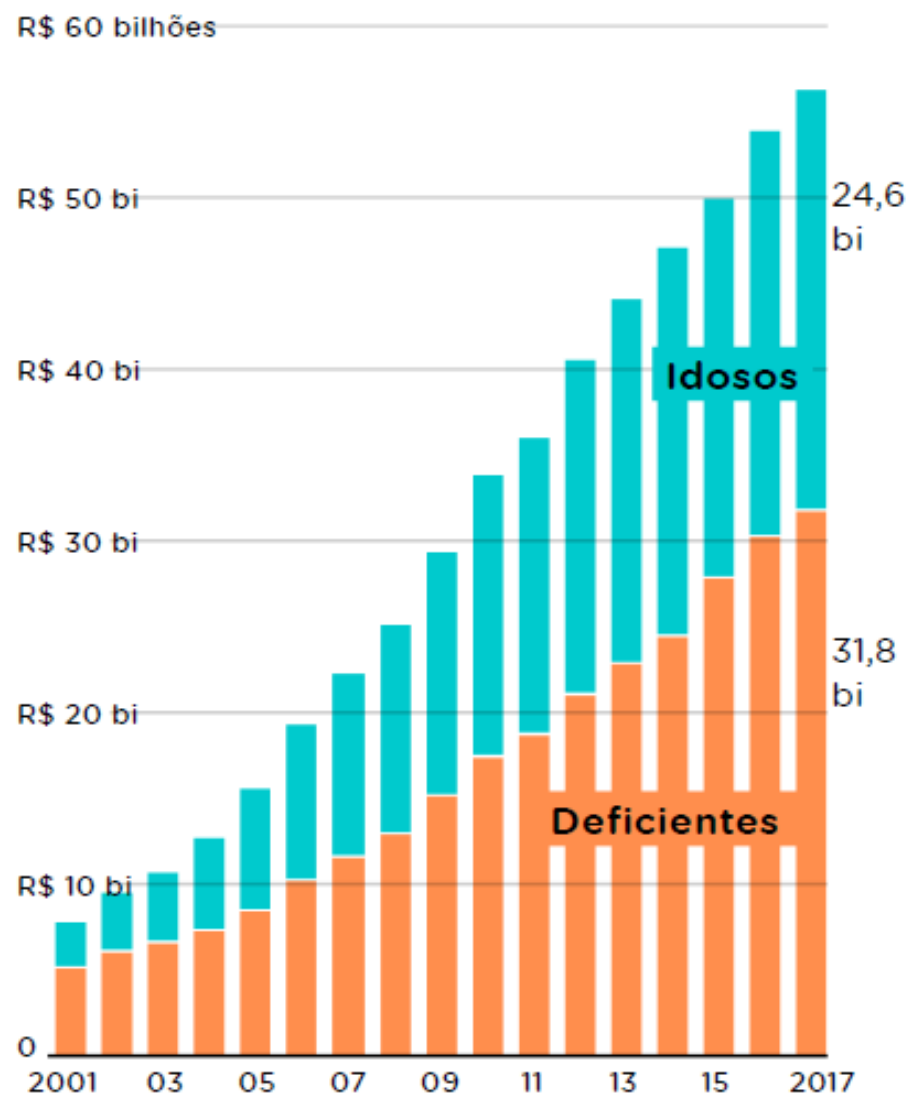
Para 42%, a categoria deveria retomar suas atividades. Dos ouvidos, 51% dizem ter deixado de fazer alguma atividade, e 49% mantiveram a rotina. Em relação ao abastecimento nos postos, 53% relataram algum problema.

O presidente Michel Temer (MDB) demorou, na avaliação de 96%, para negociar com os caminhoneiros. O movimento completa hoje dez dias. A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais. Mercado BI



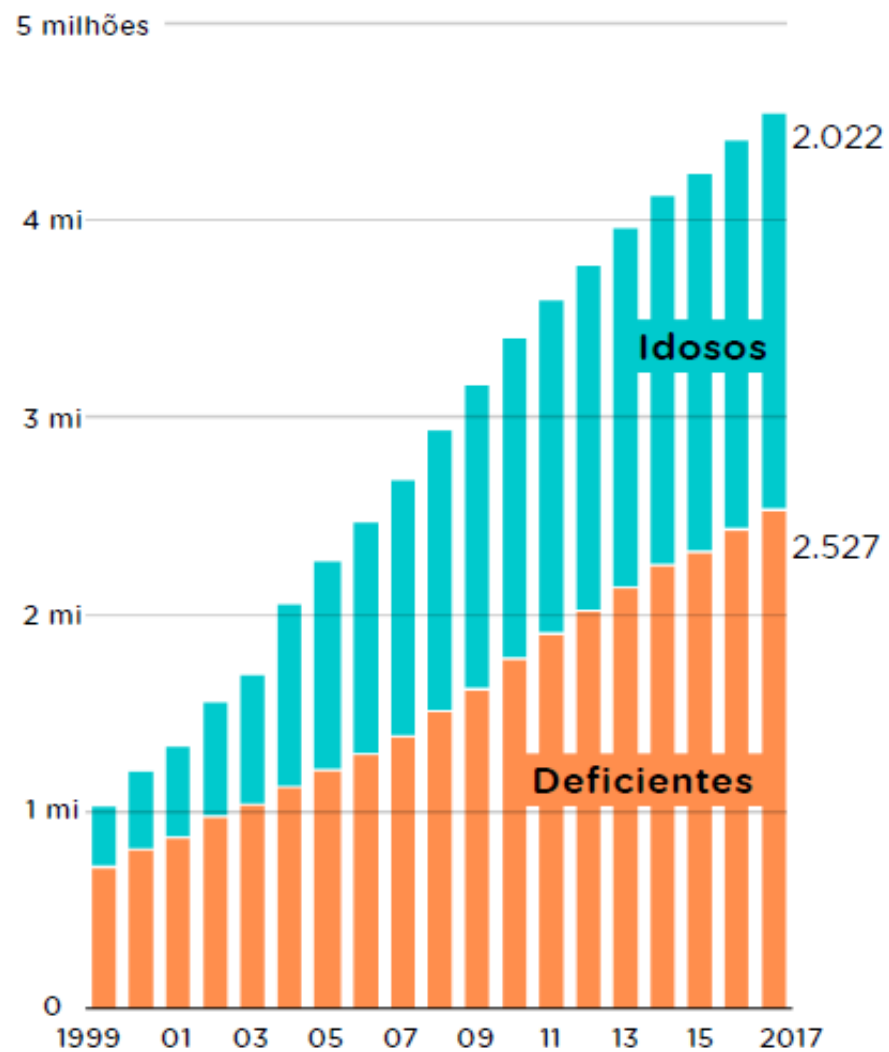
Caminhão-tanque reabastece posto de combustíveis na avenida Pacaembu (região central de São Paulo); houve retomada das entregas também em outras capitais do país. Eduardo Anizelli/Folhapress

## Gasto ao longo dos anos



Fonte: Instituição Fiscal  
Independente/Secretaria de Previdência.  
Valores corrigidos pela inflação até  
dezembro de 2018.

### Número de beneficiários



Fonte: Instituição Fiscal Independente/Secretaria de Previdência







PAULO VITALE

**“Controlar o gasto público é inevitável. Mas o ajuste que proporemos não pode causar desemprego, afetar negativamente a qualidade dos serviços públicos nem afetar os mais pobres.”**

**MARINA SILVA**, ex-senadora e ex-ministra, hoje pré-candidata pela Rede

do de Meirelles, que afirmou que concluirá a venda da estatal de energia elétrica tão logo assumo o cargo. Alckmin, derrotado na eleição presidencial de 2006 depois de uma desastrosa defesa da privatização da Petrobras, usada pelo PT como arma contra sua

candidatura, agora age com mais cautela. Explicou que, sob sua gestão, a empresa deverá perder o monopólio que mantém no setor de refino e concentrará sua atuação na prospecção de petróleo.

Na frente tributária, Marina, Alckmin, Dias e Meirelles de-

**Tabela 1:** Crescimento real do PIB e do PIB per capita - 1981-2018

	<b>PIB (% a.a.)</b>	<b>PIB per capita (% a.a.)</b>
<b>1981-1990</b>	1,6	-0,3
<b>1991-2000</b>	2,5	0,8
<b>2001-2010</b>	3,7	2,5
<b>2011-2018</b>	0,5	-0,3

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do IBGE

Fonte: Adolpho Sashida

The  
Economist

The decline of music piracy  
Nigeria gets better  
Farmers v greens in America  
How drugs are being decriminalised  
Bland bosses

NOVEMBER 14TH - 20TH 2009

[Economist.com](http://Economist.com)

# Brazil takes off



A 14-PAGE SPECIAL REPORT  
ON LATIN AMERICA'S BIG SUCCESS STORY

The  
Economist

The new face of terror  
The Breaking Bad school of business  
Obama's Iran gambit  
On the edge of the helium cliff  
E-cigarettes: don't stub them out

NOVEMBER 23RD - 29TH 2009

[Economist.com](http://Economist.com)

# Has Brazil blown it?



A 14-page special report

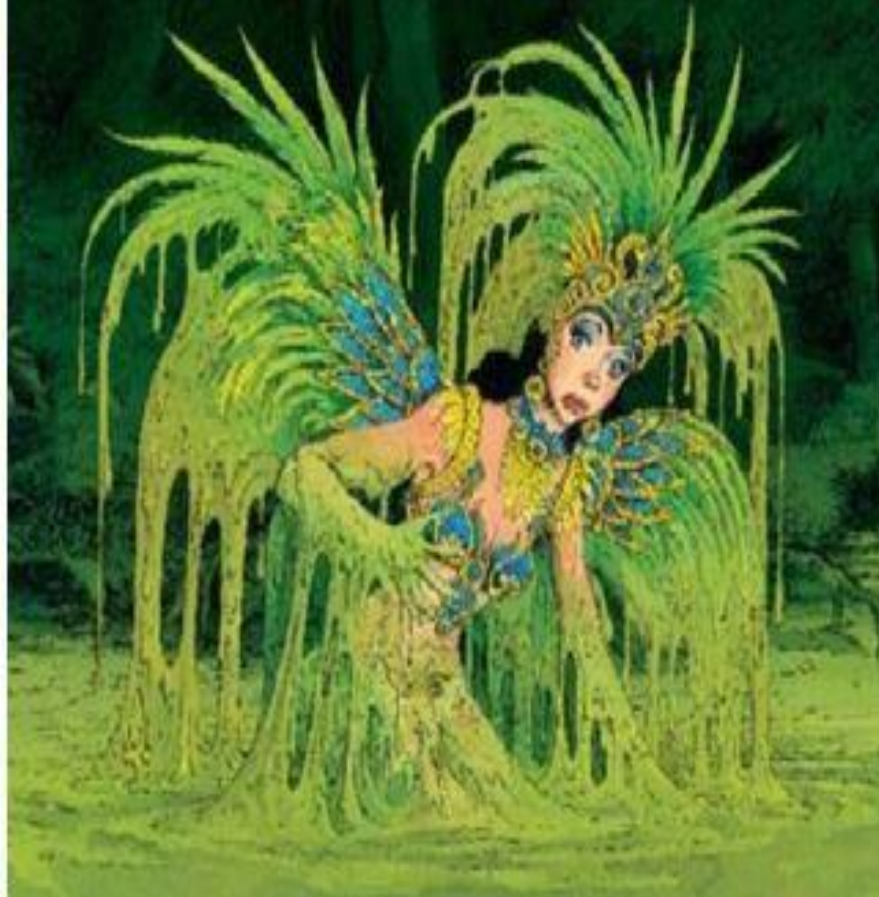
The  
Economist

Planet of the phones  
Venezuela's slow-motion coup  
America's oversold manufacturing boom  
The theology of jihad  
Mosquito sex and malaria

FEBRUARY 23RD - MARCH 1ST 2010

[Economist.com](http://Economist.com)

# Brazil's quagmire



**TETO DO GASTO ...**  
***O QUE VEM DEPOIS ?***

**WEDER DE OLIVEIRA**